

**ATA DA 27ª REUNIÃO DA
CÂMARA TÉCNICA DE ASSUNTOS LEGAIS E INSTITUCIONAIS,
REALIZADA EM BRASÍLIA/DF**

DATA: 23/05/2002

Início: 9:35 hs

Término: 18:30 hs

PARTICIPANTES:

Ministério do Meio Ambiente: Júlio Thadeu Silva Kettelhut (julio.kettelhut@mma.gov.br)
Ministério da Justiça: Hugo Suarez (hugosuarez@mj.gov.br)
Ministério da Integração Nacional: Demetrios Christofidis (demetrios.christofidis@integracao.gov.br)
Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano da Presidência da República: (ausência justificada)
Agência Nacional de Águas: Jair Sarmento da Silva (jairsarmento@ana.gov.br)
Conselho Estadual de Recursos Hídricos - região Sudeste: Maurício Lenzi Brandão (mlbrandao@sp.gov.br)
Conselho Estadual de Recursos Hídricos - região Nordeste: Jessé Cláudio de Lima Costa (srh-depc@prodase.com.br)
Prestadoras de serviço público de abastecimento de água e esgotamento sanitário: Vanessa Tafla (vtafla@lacazmartins.com.br)
Concessionárias e autorizadas de geração hidrelétrica: Sonáli Cavalcanti Oliveira (sonali@chesf.gov.br)
Indústrias: Maria Cristina Yuan (crisyuan@ibs.org.br)
Pescadores e usuários de recursos hídricos com finalidade de lazer e turismo: Leila Pereira Passos (lppassos@algar.com.br)
Comitês, consórcios e associações intermunicipais de bacias hidrográficas: (ausência justificada)
Organizações não governamentais: (ausência justificada)

CONVIDADOS:

Ana Cristina Monteiro Mascarenhas - SRH/MMA (ana-cristina.mascarenhas@mma.gov.br)
Célia Cristina Moura Pimenta - ANA (celiacristina@ana.gov.br)
Dalvacir Evaristo Cruz Cunha Reis - ANA (dalvacireis@ana.gov.br)
Décio Michellis Jr. - Enerpeixe / Grupo Rede (rela@zaz.com.br)
Dinaldo Bizarro dos Santos - SRH/MMA
Ednaldo Mesquita Carvalho - SRH/MMA (ednaldo.mesquita@mma.gov.br)
Eduardo Gonçalves Ferreira
Fernando José de Almeida - SRH/MMA (fernando-jose.almeida@mma.gov.br)
Gustavo O. Campos (gocampos@zipmail.com.br)
Jorge Thierry Calasans - ANA (thierry@ana.gov.br)
Júlio Florêncio Filho - SRH/MMA
Kelly Cristina Silva - IGAM/MG (kelina@uai.com.br; outorga@igam.mg.gov.br)
Manoel Bomfim Ribeiro - SRH/MMA (manoel.bomfim@terra.com.br)
Maria Luiza Werneck - CNI (mwerneck@cni.org.br)
Miguel Alves Pereira
Mônica Tavares Rocha - SRH/MMA (mrocha@snirh.gov.br)
Patrícia Helena Gambogi Boson - IBRAM (tita@net.em.com.br)
Rachel Landgraf de Siqueira - SRH/MMA (rachel.siqueira@mma.gov.br)
Roberto Alves Monteiro - SRH/MMA (roalmonte@ig.com.br)
Rosana Garjulli Sales Costa - ANA (rosana@ana.gov.br)
Virgínia Müzell - SEMA/RS (virginiaom@sema.rs.gov.br)
Wilson José da Silva

RELATORES:

Luiz Cláudio de Castro Figueiredo (sec.executiva@cnrh-srh.gov.br)
Wilson de Azevedo Filho (sec.executiva@cnrh-srh.gov.br)

ASSUNTOS DISCUTIDOS:

Às nove horas e trinta e cinco minutos do dia vinte e três de maio de 2002, o Dr. Júlio Thadeu, Presidente desta Câmara Técnica de Assuntos Legais e Institucionais - CTIL, iniciou a 27ª Reunião da mesma. Deu boas vindas a todos e falou sobre os itens de pauta, com destaque para a análise da solicitação de criação do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Paranaíba. Dito isto, fez um pequeno histórico do encaminhamento da referida solicitação e citou os procedimentos de análise, pela Secretaria Executiva, da respectiva documentação. Lembrou que esta Câmara Técnica (CT), em sua última reunião, julgou pertinente solicitar, à ANA, a elaboração de Parecer Técnico sobre o assunto. Disse que a ANA enviou o Parecer solicitado no dia 20 deste mês o qual foi, no mesmo dia, encaminhado pela Secretaria Executiva aos Conselheiros e representantes desta CT. Falou sobre o convite feito ao Dr.

Cléver para expor, a esta CT, sobre a criação do Comitê, a região da bacia, a mobilização e aspirações da sociedade da bacia. Com isto, solicitou ao Dr. Cléver que iniciasse sua apresentação. O Dr. Cléver agradeceu o convite e a oportunidade de poder trazer a solicitação de criação do Comitê a esta CT do CNRH. Fez um histórico sobre o movimento de criação do Comitê e sua evolução; citou reuniões realizadas e também situações críticas encontradas dentro da área da bacia e no próprio rio Paranaíba. Discorreu sobre a realização de expedição da nascente à foz do rio, com percurso de aproximadamente 5.000 km, durante a qual foram estudadas a fauna, flora e qualidade da água, dentre outros aspectos da bacia hidrográfica. Salientou a grande mobilização da sociedade da bacia, evidenciada pela participação, nas reuniões realizadas, de quase todos os 196 municípios integrantes da região da bacia. Pediu aos membros da CT que, na análise da solicitação de criação do Comitê, sejam consideradas também as questões econômicas, uma vez que a região da bacia representa aproximadamente 3% do PIB nacional. Ainda durante sua apresentação, o Dr. Cléver citou os múltiplos usos da água da bacia e os problemas enfrentados por cada um. Finalizou salientando sua preocupação com a continuidade dos trabalhos e solicitou, em nome da sociedade da bacia, a aprovação técnica da criação do Comitê. O Dr. Júlio Thadeu agradeceu e elogiou a apresentação do Dr. Cléver. O Dr. Jair também o fez e manifestou seu entusiasmo, e da ANA, com a mobilização da sociedade da bacia e a criação do respectivo Comitê; salientou a responsabilidade da ANA de promover a implementação dos organismos de bacia. Disse que os instrumentos legais não são suficientes para combater a degradação ambiental e ressaltou a importância do engajamento da sociedade. Concluiu acrescentando que o Parecer Técnico encaminhado mostra claramente o posicionamento favorável da ANA e MMA, corroborados pela SRH, à criação do Comitê da Bacia do rio Paranaíba. A Dra. Rosana, por sua vez, ressaltou os trabalhos advindos da aprovação da criação do Comitê, os quais deverão ser desenvolvidos no segundo semestre deste ano: mobilização de todos os segmentos usuários, estruturação de comissão de coordenação do processo e definição de estratégia para implementação do Comitê. Sugeriu, como contribuição à revisão da Resolução nº 5, a determinação da realização de "oficinas" para definição da estratégia de implementação, em fase anterior ao encaminhamento da solicitação de criação do Comitê. O Dr. Júlio Thadeu opinou que a Dra. Rosana citou pontos importantes que estão, inclusive, motivando a revisão, por esta CT, da Resolução nº 5. Lembrou as dificuldades de trabalho normalmente enfrentadas pelo Presidente e Secretário-Executivo de uma Diretoria Provisória e ressaltou, em seguida, a recomendação constante do Parecer Técnico elaborado pela ANA, no sentido de que seja criado um Grupo de Trabalho de auxílio às atividades da Diretoria Provisória. Salientou que, no mesmo Parecer, foi sugerida nova composição para a Diretoria Provisória originalmente proposta pelo documento de solicitação de criação do Comitê; solicitou manifestações por parte dos presentes. A Dra. Cristina Yuan elogiou os procedimentos adotados na apresentação, à CTIL, da proposta de criação do Comitê em questão, e ressaltou que, desta forma, o processo de deliberação está sendo muito bem fundamentado; solicitou esclarecimentos relativos à proposta de novos nomes para composição da Diretoria Provisória; prosseguiu ressaltando as competências da Dra. Dilma e do Dr. Marcus Pestana, mas questionou a conveniência de se ter dois integrantes do MMA compondo a Diretoria Provisória do Comitê. Concluiu sugerindo que um dos componentes da Diretoria Provisória tenha ligações mais diretas com a bacia. O Dr. Jair disse que participou do processo de negociação da composição da Diretoria Provisória, assim como o Dr. Cléver, e ressaltou que as responsabilidades conferidas ao MMA e à ANA requerem esta formação, que também é uma forma de engajamento institucional do poder público. O Dr. Cléver confirmou que a solução apresentada para composição da Diretoria Provisória foi negociada; entretanto, lembrou que seu nome foi escolhido, por votação, em reunião com a presença de aproximadamente 200 pessoas, para levar adiante o processo de criação do Comitê da Bacia do rio Paranaíba. Prosseguiu salientando a necessidade de engajamento do poder público, inclusive como forma de apoio financeiro; agradeceu a proposta da Dra. Cristina Yuan, como reconhecimento ao seu trabalho e concluiu que o importante é a criação do Comitê. O Dr. Jessé expôs seu voto favorável à criação do Comitê e solicitou a posterior divulgação do cronograma do Plano de Trabalho; com relação à composição da Diretoria Provisória, comentou que o engajamento dos órgãos públicos é fundamental e que o Dr. Cléver, mesmo não compondo a Diretoria, certamente participará do processo de implementação do Comitê. A Dra. Patrícia disse que a caracterização da bacia, ao identificar os atores envolvidos do setor público, das organizações civis e usuários, atribui responsabilidades ao ato de criação de um Comitê; criticou que a documentação encaminhada não relata a verdadeira situação da bacia e omite, por exemplo, a exploração de águas subterrâneas e a caracterização do

uso do solo da bacia. Em relação à composição da Diretoria Provisória, defendeu a participação de uma liderança da região da bacia. Considerou que a ANA e o MMA, independente de fazerem ou não parte da Diretoria Provisória de outros Comitês, têm trabalhado com engajamento e responsabilidade na implementação dos mesmos; reforçou a necessidade de representação paritária do poder público e representação da região da bacia, na composição da Diretoria Provisória. A Dra. Leila também ressaltou como fundamental a participação, na Diretoria Provisória, de uma liderança da região da bacia. A Dra. Rosana concordou mas chamou atenção para as diferentes realidades e complexidade de interesses em cada Comitê em implementação; concluiu ressaltando que o caráter de uma Diretoria Provisória é basicamente operacional e não de representatividade. O Dr. Roberto complementou que a Diretoria é provisória e busca garantir a representatividade quando da formação da Diretoria permanente. O Dr. Cléver advertiu que a composição da Diretoria Provisória não deve ser empecilho para criação do Comitê. O Dr. Hugo salientou que a Diretoria Provisória tem basicamente duas funções: coordenar o processo de composição do Comitê e elaborar proposta de Regimento Interno. O Dr. Demétrios ressaltou o papel da descentralização no processo de gestão de recursos hídricos e relevou a importância do conhecimento local; finalizou sugerindo a aprovação da criação do Comitê, mas que a Diretoria Provisória tenha representante do governo e da sociedade civil. A Dra. Rosana lembrou que a ANA, em seu Parecer Técnico, propõe a criação de uma Diretoria ampliada. A Dra. Leila falou que os trabalhos do Dr. Cléver frente ao Comitê Provisório foram profícuos e culminaram na solicitação de criação aqui encaminhada; com isso, propôs a Presidência da Diretoria para o Dr. Cléver e a Secretaria Executiva para o poder público. A Dra. Sonáli disse que a discussão está girando em torno da composição da Diretoria, que é provisória, e salientou que a composição proposta no Parecer da ANA atende às primeiras necessidades de implantação do Comitê. O Dr. Júlio Thadeu falou que, dentre os assuntos discutidos até o momento, anotou algumas sugestões para a revisão da resolução nº 5: detalhamento do conteúdo do diagnóstico da bacia, com definição de requisitos mínimos; maior discussão sobre a composição da Diretoria Provisória. Citou a dificuldade de definição da "liderança local" e a importância da participação do poder público, como forma de engajamento do mesmo no processo de implantação do Comitê. Prosseguiu opinando que a ampliação da composição da Diretoria Provisória proposta no Parecer Técnico da ANA, por não estar prevista na Resolução nº 5, não deveria ser discutida no momento. Dito isso, solicitou e obteve consenso dos membros da CT quanto à criação do Comitê da Bacia Hidrográfica do rio Paranaíba. Com relação à composição da Diretoria Provisória, propôs, face ao que foi discutido até o momento, as seguintes alternativas de composição: forma encaminhada na proposta de criação do Comitê; forma proposta no Parecer Técnico da ANA; ou, Presidência para o poder público e Secretaria Executiva para a sociedade, ou vice-versa; conforme Parecer Técnico da ANA, mas recomendando que o Presidente do Comitê Provisório faça parte do Grupo de Trabalho. Foi decidida a exclusão da primeira alternativa. A Dra. Rosana julgou necessário salientar que, no caso do Comitê da bacia do rio São Francisco, a Diretoria Provisória é composta por 17 membros; já para o Comitê da bacia do rio Paranaíba, no Parecer Técnico é proposta a criação de Grupo de Trabalho como apoio aos trabalhos da Diretoria Provisória. O Dr. Júlio Thadeu lembrou que a Resolução nº 5, em sua versão atual, impede a composição da Diretoria Provisória com mais de dois membros. O Dr. Jair acrescentou que, no caso do Comitê da bacia do São Francisco, foi recomendada pelo CNRH a criação de um Grupo de Trabalho que atuasse conjuntamente com a Diretoria Provisória; concluiu salientando que o Governo Federal, findo o prazo de duração da Diretoria Provisória, não se manteve na Presidência de nenhum Comitê. A Dra. Virgínia disse que o Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Rio Grande do Sul (CERH-RS) elaborou, recentemente, resolução para regulamentar a criação de Comitês no Estado; relatou que, de acordo com a referida resolução, os trabalhos de implantação de Comitês são realizados em parceria entre a Secretaria Executiva do CERH-RS e lideranças da região da bacia, com estabelecimento de prazos de aproximadamente dois anos e meio; concluiu dizendo que, somente após essa fase é que ocorre a verdadeira formação do Comitê. O Dr. Júlio Thadeu destacou a importância deste relato na revisão da Resolução nº 5. A Dra. Patrícia advertiu que o processo de implantação de Comitês não é simples, pois envolve equilíbrio entre ações voluntárias provenientes da sociedade da região da bacia hidrográfica e ações do poder público; dito isso, concluiu que defende a necessidade de participação, na Diretoria Provisória, de uma liderança regional. Salientou também que representatividade é diferente de liderança local. A Dra. Cristina Yuan endossou o que foi dito pela Dra. Patrícia e acrescentou não ser contra a participação do poder público, mas a favor da participação de visões diferentes, poder

público e sociedade civil; finalizou ressaltando que a Resolução nº 5 não abrange a ampliação da composição da Diretoria Provisória. A Dra. Vanessa se desculpou por ter que se retirar antecipadamente e solicitou registro do seu voto a favor da participação de liderança regional como Presidente da Diretoria Provisória; justificou seu posicionamento ressaltando a importância de se legitimar as ações da Diretoria Provisória e também permitir a continuidade dos trabalhos. O Dr. Júlio Thadeu ponderou que, com o consenso da necessidade de participação de liderança regional nas atividades da Diretoria Provisória, as discussões estão convergindo para se definir onde esta participação deverá ocorrer: na Diretoria Provisória ou no Grupo de Trabalho. Foi solicitado processo de votação para decidir se a CTIL deveria sugerir ao CNRH que seja incluído, na composição desta Diretoria Provisória, o nome do Presidente do Comitê Provisório da bacia. Votaram favoravelmente os Drs. Demétrios e Maurício e as Dras. Leila, Cristina Yuan e Vanessa. Os votos desfavoráveis foram dos Drs. Hugo, Jair, Jessé e Júlio Thadeu, além da Dra. Sonáli. Após a configuração de empate, foi sugerida pausa para almoço, às 12:40 horas. O retorno das atividades ocorreu às 14:40 horas, quando o Dr. Júlio Thadeu sugeriu, em função do empate do processo de votação, que a CT encaminhasse ao CNRH parecer favorável à criação do Comitê, mas com a ressalva de não ter chegado a consenso sobre a composição da Diretoria Provisória. Desta forma, concluiu, seriam encaminhadas duas alternativas para composição da Diretoria Provisória: a) da forma proposta no Parecer Técnico da ANA, qual seja, Presidência para o MMA, Secretaria Executiva para a ANA e formação de Grupo de Trabalho; e, b) Presidência para o Dr. Cléver, Presidente do Comitê Provisório, e Secretaria Executiva para a ANA (**Anexo I**). Com referência à apresentação do assunto na VII Reunião Extraordinária do CNRH, ficou decidido que o Dr. Júlio Thadeu fará um relato sobre os trabalhos da CTIL para então, convidar o Dr. Cléver a explanar sobre o contexto da solicitação de criação do Comitê; em seguida, o Dr. Júlio Thadeu retornará para apresentar as duas propostas de composição da Diretoria Provisória. Esgotado o assunto, foram solicitadas sugestões à Ata da 26ª Reunião desta CT, a qual foi aprovada com modificações. Dando prosseguimento, o Dr. Júlio Thadeu passou ao próximo item da pauta: revisão da Resolução CNRH nº 5; lembrou decisões tomadas na última reunião da CT: a primeira análise da Resolução continua a partir do art. 8º (art. 7º na versão 2A) e após, do art. 10 (art. 9º na versão 2A) até o final; em seguida, ocorreria mais uma discussão de toda a Resolução, com discussão inclusive das sugestões agregadas após o início da primeira análise. Ao final das discussões, cujo produto (proposta de alteração versão 3) encontra-se em anexo (**Anexo II**), a Dra. Rosana, com apoio do Dr. Jessé, sugeriu que o produto final, gerado após o término da primeira análise seja, antes do início de uma nova discussão pela CTIL, encaminhado aos órgãos gestores estaduais, à Coordenação Nacional do Fórum dos Comitês e às Diretorias Provisórias de Comitês, com o objetivo de ampliar os debates; também com o mesmo objetivo, propôs a realização de seminários. Foi evidenciado que, desta forma, os trabalhos de revisão da Resolução nº 5, realizados por esta CT, ganhariam legitimidade. Com isso, ficou decidido que a reunião do mês de julho deveria ser feita nos moldes propostos. Já em Assuntos gerais, foi lembrada a necessidade de se marcar a primeira reunião da CT Cobrança, uma vez que o prazo regimental de 60 dias após a publicação da resolução de criação, para realização da primeira reunião, se encerrará em 19 de junho próximo. A próxima reunião da CT foi agendada para os dias 18 e 19 de junho próximo, com a seguinte previsão de pauta: revisão da Resolução nº 5 e revisão do Regimento Interno. Às 18:30 horas, o Dr. Júlio Thadeu agradeceu a presença de todos e encerrou os trabalhos.

Ata aprovada na 28ª Reunião, realizada em 18 e 19 de junho de 2002.

JÚLIO THADEU S. KETTELHUT
Presidente

LUIZ CLÁUDIO DE CASTRO FIGUEIREDO
WILSON DE AZEVEDO FILHO
Relatores